

Intelectuais negros:

migração e formação entre conflitos e tensões

Intellectuels noirs: migration et formation entre
conflits et tensions

Neusa Ma. Mendes de Gusmão*

RESUMO: O fenômeno educativo em nível superior e os muitos caminhos de sua realização constitui o pano de fundo no qual transitam estudantes africanos de nível superior e, dentro e fora de seus países originários, particularmente, no Brasil e em Portugal. São sujeitos que buscam construir trajetórias estudantis e profissionais, múltiplas e diversas, porém enfrentam desafios que envolvem o processo migratório, a formação e a profissionalização. O contexto que os desafia na construção de um lugar próprio como intelectual e negro em sociedades marcadamente racistas como o caso do Brasil e de Portugal expõe a natureza das instituições de ensino. Expõe ainda, a existência do racismo científico e revela o campo de conflito e tensões que envolvem o sujeito negro em busca de qualificação. Nesse sentido, entra em linha de conta questões relativas ao desenvolvimento humano, social e econômico, bem como a internacionalização que, expressa a dinamicidade dos cinco países africanos – Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe – tomados enquanto realidades em transição. Contudo, a internacionalização é também proposta brasileira para seu sistema de ensino, que tanto recebe aos africanos e outros em suas IES, como gera políticas de intercâmbio de alunos brasileiros com outros países. Não é diferente com Portugal. Assim, compreender o que há de mais geral e também mais particular na realidade dos países africanos e no caso brasileiro é a proposta do presente artigo.

Palavras-chave:
Racismo, Ensino Superior, Migração, África, Brasil, Portugal.

A apresentação

A possível contribuição para uma visão mais esclarecida da África e dos africanos, no Brasil e em Portugal, em seus trajetos e trajetórias universitárias

se coloca como desafio da presente discussão. Nada ou pouco se conhece dos caminhos que estão sendo trilhados por jovens de origem africana em movimento através de diferentes países do mundo atual. Por sua vez, seja na consolidação das novas nações africanas emergentes, seja no caso brasileiro ou português, pretende-se aqui contribuir para o debate dos processos que envolvem a área educacional, seus investimentos e fluxos em termos locais, regionais e mundial.

A *viagem* como metáfora dos processos de deslocamentos ou de circulação internacional, resulta do fato de que, hoje, em diferentes países africanos, é crescente o número de pessoas que migram para outros países. Contudo, no campo educacional, a formação também é viagem (SÁ-CHAVES, 2012), que difere dos processos costumeiros de emigração, pois que no campo educacional é preciso se ter em mente que a viagem exige navegar em “ígnos mares da incerteza, mas também da possibilidade e da descoberta” (Sá-Chaves, op. cit., p 21). É nesse sentido que as narrativas de estudantes africanos no Brasil e em Portugal trazem a marca da “viagem” que expõem realidades em transição e vidas em (con)formação no campo de uma intelectualidade africana marcada pela internacionalização de sua gente, de seus países e da própria África. Brasil e Portugal, dois países separados pelo Atlântico formam com o continente africano um triângulo, que visível em sua espacialidade e geografia, contém um intenso trânsito de pessoas, ideias, culturas e projetos, nem sempre tão visíveis ou suficientemente esclarecidos. Debate ao qual este texto espera contribuir.

Internacionalização e educação

Os processos de internacionalização que envolve trocas científicas, universitárias e culturais, não são um fenômeno recente. Mais que isso, como afirma Monique Saint Martin (2004, p.17), no que pese o desconhecimento desses processos, mesmo no mundo acadêmico, importa colocar em debate o fato de que há diferentes caminhos de internacionalização, dentre estes, a formação em nível superior em países estrangeiros.

A internacionalização e a migração com a finalidade de obter qualificação de nível superior entre países africanos de língua oficial portuguesa – os PALOP - e, destes para com diferentes países do mundo, dentre os quais, Portugal e Brasil, também não constituem fato recente. No tempo, entre o passado e o presente, o que se apresenta como mudança é a intensidade dos fluxos, a natureza dos processos que motiva a migração para fins de formação. Nesse sentido, os fluxos contemporâneos não dizem respeito apenas a uma ordem mundial globalizada, mas envolvem diferentes governos e Estados-nação

em movimentos econômicos e políticos que geram acordos de cooperação em nível internacional entre países desenvolvidos e outros países em busca de seu próprio desenvolvimento. A década de 1990 representa um marco nos processos de cooperação, já que mediante uma série de encontros, conferências, fóruns, diversos governos passam a priorizar diferentes políticas e, entre estas, a expansão do sistema educacional próprio e externo, voltados às nações menos desenvolvidas.

A emergência ou a intensificação de políticas nacionais e internacionais já existentes redirecionam o olhar da Europa e da América para a África e, em particular, aos países de história colonial e independência recente, tais como os países da África Subsaariana. Ao mesmo tempo e ainda nesse período, as nações africanas como realidades em construção, intensificam os processos de envio de seus sujeitos para estudar no exterior visando formar quadros dirigentes. Na década de 2000, passam a investir na criação de unidades de ensino superior em solo nacional, visando atender as prerrogativas de uma ordem social e política em transformação. Nos dois movimentos, para fora e para dentro, a internacionalização acontece de diferentes modos. Não se trata apenas da circulação de estudantes e docentes que saem para formação no exterior. Internamente ocorre a expansão do ensino secundário e superior com verbas externas que ingressam via as políticas de cooperação entre países e também, importam docentes estrangeiros, incorporam currículos e programas de países participantes das políticas de cooperação, entre estes, o Brasil e Portugal. Trata-se, portanto, de diferentes ações que se tramam e se constroem numa complexidade de interesses que envolvem pessoas, recursos e metas econômicas e políticas de todos os envolvidos.

Portugal, já na época colonial, recebia estudantes africanos de suas colônias, através da Casa dos Estudantes do Império, em geral assimilados que atuavam no governo colonial e que formam uma “elite” reduzida, porém significativa. Será da geração descendente dessa pequena elite, tida como “elite herdeira”, que emergirá as lideranças das guerras de libertação. A “elite herdeira” irá se diferenciar dos fluxos de estudantes que se dirigem a Portugal pós a independência e tidos como “novos estudantes”, posto que estes não descendam da elite colonial, não são herdeiros e, muitas vezes, serão os primeiros de seu núcleo familiar a obter formação de nível superior. Os “novos estudantes” são sujeitos que valorizam o “capital cultural” obtido por meio da escolarização e veem no diploma de nível superior uma possibilidade de se tornarem elites em seus países de origem. No final do século XX, início do presente século, esse fluxo cresce a partir dos acordos de cooperação e das políticas de apoio governamental interno aos países de origem ou de natureza internacional. Crescem também, no caso português,

em razão da Lei de Regime Especial, que permite ingresso nas universidades públicas portuguesas sem a necessidade de provas de admissão para aqueles que são oriundos dos PALOP. Crescem também no caso brasileiro, em razão de políticas similares às de Portugal.

O Brasil não tem a mesma tradição de Portugal no fluxo de estudantes africanos, pelo menos no período em que os PALOP eram colônias de ultramar, ou seja, na primeira metade do século XX. Mesmo assim, por já ter universidades consolidadas, o governo brasileiro ajuda a formar quadros em países em desenvolvimento, através de política educacional vigente desde os anos de 1920, mas que alterada por vários aditivos, se mantém ativa e operante até hoje. O protocolo que envolve o Brasil, os países africanos e países da América Latina, em processos de cooperação na área da educação, entre os quais se insere o PEC-G é parte desse acordo. O PEC-G permite a formação em universidades públicas brasileiras e também, nas instituições privadas de ensino superior, de estudantes dos países signatários do acordo. Igual ao processo português, ainda que passem por processos seletivos em seus países de origem, os candidatos a estudar nas graduações brasileiras não fazem o vestibular de ingresso e as instituições nacionais públicas e privadas que os recebem, reservam certo número de vagas em diferentes cursos por força dos protocolos oficiais. No caso do PEC-G, o segundo protocolo, assinado em 1974, segundo Mungói (2004), foi o que permitiu a expansão do programa para fora da América Latina, passando a contemplar a vinda de estudantes africanos para o Brasil. Porém, antes disso, a vinda de estudantes africanos já era notícia em jornais brasileiros, como afirma Reis (2010), ao tratar da presença destes, em 1961, na Universidade da Bahia, atual UFBA. Também, de modo esporádico, alguns poucos estudantes de origem africana estiveram no Brasil e aqui realizaram sua formação, mas não sob a égide da política do PEC-G, que só será implementada no final dos anos de 1970. Os que aqui vieram antes de 1970, eram eles próprios, assimilados do mundo colonial ou descendentes de assimilados que tinham recursos próprios e influência política para aqui estar.

Na década de 1960, numericamente ainda eram poucos os africanos, principalmente dos PALOP que escolhiam o Brasil para seus estudos. Como diz Mungói (2004) “o primeiro grupo de estudantes africanos veio ao Brasil na década de 1960 e era constituído por 16 estudantes do Senegal, Gana, Camarões e Cabo Verde”. (MUNGÓI, 2004, p.28). Com a conquista da independência por parte dos países de língua portuguesa, a partir da metade dos anos de 1970 esse fluxo será crescente.

Na base desse processo, não só a abertura da política brasileira com relação à África, mas, sobretudo, a

expansão de seu sistema educacional mediante a existência de programas de graduação e de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras. Nos anos de 1980, a expansão da rede privada de ensino superior e a expansão da pós-graduação também nesse contexto irão incrementar os programas de intercâmbio, através de Acordos de Cooperação no campo educacional. Tais projetos atuam como força de implementação dos processos migratórios temporários e intensificam os fluxos de migração com finalidade de estudo por parte dos nacionais dos PALOP, posto que a existência de projetos bilaterais de desenvolvimento e ajuda, abrem novas possibilidades de realização de metas individuais e ou familiar e, implementam um novo diálogo Brasil/África. (GUSMÃO, 2013, p. 278-279).

A política iniciada nos anos de 1920 e nunca interrompida, em que pese períodos de menor ou maior incremento, sofrerá outra transformação ao final dos anos de 1970. Nessa época, a política governamental brasileira incorpora a pós-graduação e dá origem ao PEC-PG, que junto com o PEC-G é o responsável na atualidade pelo crescente número de estudantes dos PALOP nas universidades brasileiras públicas e privadas, na graduação e na pós-graduação. Contudo, hoje são crescentes também, os fluxos de estudantes que independem dessa política ou de políticas locais dos países de origem, diversificando assim, o contingente dos “novos estudantes”, entre bolsistas e não bolsistas, estudantes com apoios institucionais, familiar ou privado.

Na década de 1990, outro fator de incremento dos fluxos de africanos para o Brasil com finalidade de estudos será a criação da CPLP – Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa. Ainda que a CPLP tenha natureza mais comercial, torna-se referência, já que, segundo Mungói (2004) “há [da parte do Brasil] uma preocupação em assumir um papel central no desenvolvimento do continente africano” (p. 28). Trata-se de uma revitalização intensa das relações Brasil/África em que, segundo a autora, “se faz sentir, principalmente, nos setores de educação, saúde e agricultura.” (p.28). Para Gusmão (2013), na década de 2000,

O Governo Lula se destacou nos esforços pela proximidade social, política, econômica e, também, simbólica com a África. Inúmeros acordos de cooperação e programas de desenvolvimento foram implementados pelo Brasil com a África nos dois mandatos do ex-presidente, dentre esses, destacam-se o PEC-G e o PEC-PG – este último com

dotação total de bolsas do CNPq e da CAPES nas seleções feitas em 2006 e 2007. Em particular, serão os países dos PALOP – Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe – os maiores beneficiados pelos Acordos de Cooperação assinados entre Brasil e os países africanos, tanto por parte das instâncias federais do governo brasileiro, quanto por Acordos Institucionais firmados diretamente com as IES nacionais ou por meio de organizações religiosas e ONGs. (GUSMÃO, 2013, p. 279)

Da rápida caracterização das políticas que ensejam o fluxo de imigrantes da África, nomeadamente dos PALOP para Portugal, conforme Costa e Farias (2013), pode-se inferir que, também no caso brasileiro, atualmente, dentre os estudantes africanos que migram para fins de estudo estão:

- os mais velhos, que fazem parte da geração de *herdeiros* do “capital escolar”, já que membros de família e de uma geração anterior possuem escolarização e diplomas de nível superior;
- os mais jovens, chamados de “*novos estudantes*”, em maioria não descendem de famílias assimiladas ou de elites do passado colonial. A origem a partir de uma classe média urbana, por vezes com histórico de atuação nas guerras de libertação é fundamental, posto que esse segmento possua condições de influenciar e garantir o percurso educacional dos mais jovens, como projeto familiar de ascensão. Contudo, esse contingente não é homogêneo e, em fins de 1990, surge um novo e pequeno contingente de jovens, oriundos de vida interiorana e rural, que começa a migrar para estudar, principalmente no Brasil e que dependem das políticas vigentes tanto nos países de origem como nos países de acolhimento.

A geração de jovens africanos que emigram com a finalidade de estudos, em sua maioria são os primeiros e únicos membros da família que alcançam a universidade em razão das políticas vigentes e da transformação das realidades internas aos seus próprios países. Em grande medida, seus percursos e trajetórias estudantis dependem de apoio de familiares que ficam em África ou mesmo de parentes imigrados que formam um pool para viabilizar o projeto de ascensão da família.

Muitos dentre esses se beneficiam com bolsas institucionais de seus países de origem ou dos países de acolhimento. Contudo, se os mais velhos puderam contar com bolsa do governo colonial, os mais novos nem sempre podem

contar com bolsas e recursos. Assim, enfrentam problemas de sobrevivência, dificuldades para manterem-se nos países de acolhimento entre outros problemas decorrentes de estar longe de casa e de suas origens, como expressam as narrativas a respeito da experiência de estudar em outro país (GUSMÃO, 2011; 2013). O que se pode dizer desse quadro parcial da realidade dos que migram com a finalidade de estudo é que cada segmento ou geração reflete os processos de mudança do mundo africano numa ordem globalizada.

O sujeito que migra é parte de um contingente que carrega trajetórias e expectativas diversas, contudo são todos agentes de um duplo processo: o da internacionalização das realidades africanas, portuguesas e brasileiras; e, sujeitos cujo processo de circulação trás à tona, os processos de cooperação entre países e nações que, a um só tempo, incidem diretamente naquilo que são como indivíduos sociais e coletivos, inseridos num campo de tensão cultural e política, individual e coletiva. Assim, a migração internacional de estudantes africanos dos PALOP que buscam sua formação no Brasil e em Portugal é assumida aqui como migração temporária e especial. Contudo, os próprios estudantes não se veem como imigrantes, mas como “*sujeitos de passagem*”, que aqui estão por um tempo que, por mais que se prolongue, será sempre delimitado, provisório.

A migração, entendida como temporária e especial é parte de processos sociopolíticos contemporâneos que produz um “saber situado”, do viver “fora do lugar” que é, também, um “estar no lugar” e que, permite articular o local com o transnacional, produzindo cultura e realidade política específicas desse processo. O ato de migrar, temporário e especial, informa e repercute nas visões de mundo e nas expectativas identitárias de si mesmo, da família e do mundo africano. Nesse contexto, importa perguntar: o que significa estudar em Portugal ou no Brasil? Quem são os estudantes lá e cá? Como vivem o contexto de migração longe de casa? São eles uma nova elite africana em formação? São os novos intelectuais de uma ordem africana que se globaliza? São africanos ou cidadãos do mundo?

Obstáculos metodológicos

As migrações com fins de estudo para o Brasil e Portugal não possuem forma sistemática, precisa e oficial de registro de entrada e saída de estudantes africanos que buscam as instituições de ensino superior (IES) brasileiras e mesmo portuguesas. Os dados variam e conflitam conforme as fontes e são dependentes da natureza do ingresso nesses países, caso sejam individuais, particulares ou por meio das políticas oficiais definidas em Portugal pela Lei do Regime Especial ou no Brasil pelo PEC-G/PEC-PG, entre outros acordos

e protocolos possíveis. A problemática do estudante africano nas instituições brasileiras não é objeto de reflexão acadêmica e científica sistemática. Alguns poucos pesquisadores e, muitas vezes, os próprios estudantes africanos é que tomam a experiência de viver no Brasil como temática de suas monografias, dissertações e teses, no interior do mundo acadêmico. Em Portugal não há registro de trabalhos semelhantes e o tema é mais frequente em artigos de jornais e TV. Mesmo assim, no Brasil e em Portugal, estudantes africanos só encontram visibilidade, quando vitimados por violência, quase sempre de ordem racial, que ganham as mídias impressas e televisivas.

Outra dimensão que impõe limite a essa proposta de discussão são as dificuldades de ordem teórica no tocante a abordagem de processos migratórios. Por esta razão, no desenvolvimento da presente pesquisa, as categorias em uso ainda que sejam flutuantes quanto aos sentidos e significados, abertas a muitos debates, são aqui definidas a partir da realidade investigada e, sempre que possível, dialogam com outros estudos já realizados em busca de consistência e de coerência analítica. Como diz Telles (2006),

Sabemos que no campo das ciências humanas a crítica às categorias de análise, bem como suas redefinições, é algo que se faz em compasso com a interpretação das mudanças operantes no mundo social e ao modo como se formula as novas exigências interpretativas em diálogo com as questões políticas colocadas, com suas promessas, desencantos ou hesitações. (p.141)

A pesquisa em tela se coloca como parte de um momento de transição de categorias constituídas, tal como parece ser o caso das migrações temporárias e especiais, que abrangem a circulação de pessoas que buscam qualificarem-se fora de seus lugares de origem, entre estes, os africanos dos Palop.

Por tudo isso, a pesquisa toma por centro a circulação, a cooperação e a educação de “jovens” africanos a partir da perspectiva antropológica, em particular, da antropologia da educação compreensiva, moderna e crítica, centrada no comparar e descobrir, capaz de reconhecer e considerar a experiência do indivíduo como sujeito coletivo que tem memória, tradição, histórias de vida, valores, sentimentos, emoções. Um ser concreto, objetivo e subjetivo ao mesmo tempo. Um ser de história e de singularidade. Um ser sociocultural. Trata-se, portanto, de entrevistas, de depoimentos a respeito de trajetórias, de histórias de vida cujo foco é a experiência da migração e a vivência como estudante em IES brasileiras e portuguesas. Nesse sentido, tanto para o indivíduo, como para o coletivo, a experiência vivida no processo

de migração e de estudo “fora do lugar” se faz matéria prima por excelência de construção de uma consciência de si, daquilo que se é. Em jogo, necessidades postas em movimento por uma ordem social e econômica globalizada. Um movimento que empresta aos processos migratórios uma face ainda pouco conhecida e pouco refletida na academia, no cotidiano e na política que envolve trocas científicas, sociais e políticas entre países e nações e que ordena processos de recomposição de elites e de redistribuição do poder.

Africanos dos PALOP: estudantes no Brasil e em Portugal

A pesquisa realizada entre 2005 e 2008 com apoio do CNPq, intitulada “*Luso-africanos em Campinas e em São Paulo: imigração, cultura e educação*”, possibilitou pensar a imigração africana dos PALOP para o Brasil, nomeadamente nos anos de 1990 do século XX, buscando compreender a natureza da inserção e integração social e política de estudantes africanos em duas cidades: Campinas e Porto Alegre (GUSMÃO, 2010). Nesse estudo, foi feita a seleção e análise dos discursos construídos por diferentes agências e agentes, considerando-se de modo particular, o campo da educação e o campo político de inserção na realidade brasileira. Interessava-nos compreender como a sociedade brasileira elabora os sentidos e significados dessa presença africana no tecido social. Compreender, ainda, atitudes e comportamentos de aceitação ou rejeição do imigrante africano e/ou estudante estrangeiro de origem africana quando “na terra do outro”, tal acontece em Portugal e outros países europeus.

Estudantes da Universidade de Campinas, daquele momento, em maioria de Angola, entraram no Brasil nos anos de 1990, como turistas, requisitaram perante o Estado nacional a condição de refugiados, tornando-se sujeitos de benefícios previstos em lei para esses casos. Nesse contexto, passam a ter acesso à educação em todos os seus níveis e, em particular, nas universidades públicas, na graduação e na pós-graduação. Tratava-se de uma geração de *novos estudantes* que lutara pela independência do jugo colonial e que recebeu formação, por vezes, até mesmo fora da África, em maioria, em países do antigo eixo socialista ou em Cuba. Todos, em algum momento, já haviam migrado temporariamente com finalidade de estudo e chegam ao Brasil, por meio de um processo de outra natureza. Um processo de mobilidade, agora, não mais individual, mas familiar e, ainda que se coloque como provisório em razão das guerras civis e das perseguições políticas daquele período se faz permanente e origina uma “comunidade de angolanos” a residir e a se estabelecer na macro-região campineira. A partir do conhecimento das

políticas do governo brasileiro com relação à África, tal como o PEC-G e o PEC-PG, outros angolanos, de gerações mais jovens e nem sempre de origem urbana, migram com finalidade de estudo e qualificação na Universidade de Campinas e em outras capitais brasileiras.

De norte ao sul do país é possível constatar a presença de *novos estudantes* de origem africana e que chegam para fazer a graduação e/ou a pós-graduação em universidades públicas e privadas, vindas de diferentes países. Muitos chegam através do Programa do PEC-G/PEC-PG do governo brasileiro efetivado através de acordos bilaterais e regras específicas de seleção e ordenamento do estar em terra estrangeira. Outros chegam através de convênios de seus países com empresas multinacionais ou, ainda, com apoio de alguma instituição religiosa. Alguns contam com bolsas de estudo do governo brasileiro, outros com bolsas de seus próprios governos e, por vezes, contam com o apoio financeiro da família ou de membros da família que estão em África. Em acordo com cada um desses contextos enfrentam maiores ou menores dificuldades para se estabelecer e viver longe dos seus, na relação com os nacionais e, ainda com outros africanos.

Em Portugal o processo é semelhante, ainda que a nação portuguesa, a partir dos anos de 1990, tenha priorizado a cooperação interuniversitários, via diferentes modalidades e investido na criação das universidades no interior dos PALOP. A problemática da qualidade de ensino em África e a valorização da experiência no exterior, principalmente pela classe média urbana e pelas elites locais, ainda garante o fluxo de estudantes para diferentes países. Portugal, como escolha dentre os oriundos dos PALOP, se destaca devido a tradição, pelo lugar que ocupa numa escala valorativa dos países de acolhimento e, também, por ser uma “porta” para a Europa.

A universidade e os desafios da formação

A imensa diversidade de modos de ser, estar e viver no Brasil ou em Portugal, presente nos grandes núcleos urbanos, nos quais se situam universidades e institutos de ensino superior, exige ter em tela não só a diversidade de nacionalidades, mas, também, de culturas e etnias. Exige ter presente o contexto de relações raciais de um país racista e desigual que marca a realidade brasileira e portuguesa. A distribuição espacial desses estudantes, a conformação heterogênea de grupos, com forte sentido de localidade, ajuda mútua e, ainda, fatores relativos à forma de moradia, condição familiar, econômica, de raça e de gênero entre muitas outras, atuam semelhante às partes de um leque de alternativas complexas, tensas e desafiadoras.

Por tudo isso, a questão dos estudantes africanos no Brasil ou em Portugal, não é um movimento de simples deslocamento de indivíduos entre um país de origem e um país de acolhimento. Para além da questão que diz respeito aos países de origem e suas metas e realidade, destaca-se o fato de que a vinda desses estudantes africanos envolve questões específicas nas relações e historicidade que revestem os interesses entre Brasil, Portugal e, particularmente, os Palop. Como diz Dantas (2002) desse contexto faz parte o projeto cultural do Brasil em diversos momentos, fato que não é indiferente ao campo político, além de envolver a vida de pessoas e de famílias em solo africano. Nesse sentido, pensar a vivência e a experiência dos estudantes africanos no Brasil ou em Portugal, diz respeito às relações desses países com os governos nacionais em África, principalmente a África Subsaariana onde se encontram os PALOP. Por sua vez, os países africanos em consolidação como estados nacionais buscam por uma inserção internacional que não se faça numa condição marginalizada no ambiente da globalização conforme afirmam diferentes estudos. Aqui, a formação no Brasil ou em Portugal apresentam especificidades e diferem de outros países melhores posicionados em termos globais e econômicos.

No caso brasileiro, trata-se de pensar a realidade de país multirracial e integrante dos chamados “países emergentes”, mas que se diferencia de outros países, até muito recentemente privilegiados na busca por qualificação de quadros por parte dos PALOP, como o caso português. O Brasil ocupa a posição de um país relativamente periférico na divisão internacional do trabalho, com um passado igualmente de colonização portuguesa e, que estruturalmente mestiço e negro, pensa-se branco e europeu. Contudo, apesar de Portugal ter sido um país colonial e se pensar como país mais homogêneo, nem por isso diferem as relações dos sujeitos em contato quando migram da África para estudar em suas universidades. O que se percebe é que, em nada difere o campo de tensão em que ocorrem as relações entre sujeitos, migrantes e portugueses. Também pouco difere a natureza dos problemas relativos à moradia, condição econômica, língua, raça, daquelas vividas pelos que optam por estudar no Brasil.

As dificuldades com a língua, ainda que, lá e cá, todos os envolvidos falem português, é a primeira batalha com que se depara em ambas as sociedades e, também nas salas de aula com professores e colegas. Diante dos primeiros empecilhos, buscam por estabelecer relações com outros africanos e constroem redes de entre ajuda e de cooperação que viabilizam a inserção no país de acolhimento. A realidade, porém, entre os próprios sujeitos migrados e africanos não é homogênea e, conforme sejam bolsistas ou não, tenham origem mais urbana, pertençam a uma classe média, entre

outras distinções, que envolvem origem, nacionalidade e mesmo etnia, mesmo quando entre os seus, diferenciam-se e se estranham. Os nacionais dos países de acolhimento também estranham o outro que chega, que não adentra o meio universitário pelos mesmos caminhos, considerado para estes como árduos, veem então, aos *novos estudantes* como sujeitos que adentram um espaço de difícil acesso, a universidade, não por seus próprios méritos, mas por serem alvo de privilégios decorrentes das políticas vigentes. Pelas dificuldades com a língua, por suas culturas singulares, hábitos e atitudes passam a ser negados e, academicamente são vistos por professores e colegas como pouco capazes.

As tensões da vida acadêmica envolvem a compreensão dos mecanismos burocráticos e administrativos de como funciona a instituição, de como ocorrem as relações entre professores e alunos, do pouco contato com colegas brasileiros ou portugueses, tudo passa a exigir uma dedicação intensa aos estudos para assim, vencerem as barreiras, serem mais aceitos. Contudo, a maior barreira com que se deparam no Brasil e em Portugal, diz respeito ao racismo brasileiro e português, que os colocam diante de questões identitárias, de afirmação e autoestima em função das referências próprias e novas referências que se impõem no contexto migratório.

No caso das realidades colocadas em trânsito e muitos sonhos, cabe olhar os estudantes africanos em solo brasileiro e português, a partir da existência de relações supranacionais típicas de um mundo globalizado no interior de um jogo de relações que lhe é próprio, mas não só. A circulação internacional com finalidade de estudo se faz no interior de um campo de poder que envolve a possibilidade da ascensão social e política para estudantes, famílias e grupos sociais diversos. A partir dessa intensa circulação de pessoas, desejos e metas, mecanismos singulares se impõem como partes de um campo de tensão entre sujeitos migrantes quando *fora de seu lugar*. Contudo, as tensões também se apresentam para aqueles que retornam ao lugar de origem, após anos e anos de uma experiência migratória para fins de estudo e formação.

Formação no exterior: ser elite ou intelectual?

As “realidades em trânsito” (MOURÃO, 2003) representadas pelas migrações temporárias de estudantes africanos no Brasil e em Portugal impõem como necessário, compreender o trânsito das vivências, experiências, sentimentos, valores “fora de lugar”. Uma vivência que como quer Mourão é também um viver “no lugar”. Assim ser de fora, um estrangeiro é, contraditoriamente, ser temporariamente alguém do lugar, porque aí se está. O ir e vir no mundo globalizado, porém, dizem respeito às relações entre Estado-nações, órgãos públicos responsáveis pela migração e estadia desses estudantes; envolve

ainda, as instituições de ensino superior que por força dos acordos se abrem para recebê-los. Em alguma medida, todas as instâncias envolvidas partilham de uma situação comum: o pouco ou quase nenhum conhecimento sobre quem é esse jovem, o que pensa, como vive, quais seus desejos, quais os impasses de se estar onde “não é necessário acostumar-se, pois não se é daqui. Apenas está aqui” (DANTAS, 2002, p. 113).

A presença dos que migram para viver, mesmo que temporariamente, em “*terra alheia*” implica a natureza contemporânea de fluxos diversos dos quais resultam muitos problemas e dificuldades do lado de cá e do lado de lá do Atlântico. Entender o que os move de um lado a outro do planeta resulta da busca por algo que ainda não é possível obter em seus lugares de origem. Contudo, mais do que isso, a recente expansão dos sistemas de ensino superior públicos e privados em lugares como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, não foi acompanhada por um processo significativo em termos de qualidade de ensino. Disso resulta a viagem em busca de qualificação em terras europeias e, mais recentemente, no Brasil. Mas quase sempre, o Brasil não é exatamente uma escolha, mas uma contingência. Os que podem vão para a Europa ou para os Estados Unidos.

Assim, na busca e acesso à educação, processos de imigração temporária, de imigração provocada, de exílio circunstancial e outras tantas designações referenciadas por estudiosos, resultam do fato de que homens e mulheres se fazem indivíduos transculturais. Abertos para o mundo de “fora”, possuem, contudo, expectativas “para dentro”. O retorno ou não desses estudantes aos países de origem se faz também incógnita. Presente nas muitas falas, nem sempre resulta em realidade, seja pelas estratégias que o próprio universo de formação universitária permite, estendendo a graduação para a pós-graduação e, mesmo novas graduações. Desse modo, o que era temporário se eterniza e não se sabe ao certo quantos retornam e os que ficam em terras alheias ou ampliam sua própria mobilidade a outras instituições do país de acolhimento ou mesmo, a outros países e continentes. A questão aqui de “fuga de cérebros” pode ser uma falsa questão, já que em alguns casos, formar-se e permanecer fora significa criar alternativas aos que ficaram em África, mas cuja dimensão também é pouco conhecida.

Trata-se de imigrantes temporários cujos processos de qualificação importam, mas também, fazem deles sujeitos ativos dos processos cujas metas dizem respeito ao próprio desenvolvimento de seus países de origem, mesmo que essas metas sejam ou não conscientes. Para os sujeitos envolvidos nos processos migratórios, a migração ocorre, na maioria das vezes, num jogo aparente de individualidade, de escolha e projeto de âmbito restrito aos

indivíduos e suas famílias, na busca por ascensão, reconhecimento e poder. Aqui reside o maior desafio em que, como diz Garcia (2004), o que está em jogo é a formação de novas elites africanas e a conformação de nações emergentes. Assim, a triangulação geográfica e social entre Brasil, Portugal e África, no trânsito entre sonhos e realidades, intensifica processos de ganhos e de perdas em termos de pessoas, ideias, culturas e projetos, que necessitam ser, ainda, esclarecidos.

Como afirma aquele que retorna, fica difícil compartilhar com aqueles que ficaram sua visão de mundo e expectativas. Após a vivência no exterior, o indivíduo já não mais se reconhece por inteiro naquilo que permanece como parte de seu mundo social e familiar. Para os que não migraram, aquele que retorna também não corresponde aos que dele se espera e, assim, ele é o português, o brasileiro, conforme tenha feitos seus estudos em um desses países. No conflito que experimenta na relação com aqueles que são próximos, outras questões se adicionam. A família espera que o retornado, pela formação recebida cumpra o papel dele esperado na ascensão familiar. Contudo, ainda que de fato, sua volta represente algum ganho na posição social e econômica da família, nem sempre encontra este, um lugar de destaque no mercado de trabalho, de modo a vir a contribuir à nação e ao próprio grupo. A valorização individual que se estende ao grupo familiar diz respeito ao capital simbólico da formação realizada no exterior, mas esbarra no fato de que, internamente há diferenciação de acordo com os lugares de estudo, com a capacidade de manter redes de influência dentro e fora do país.

Na maioria das vezes, os que retornam representam uma nova geração aberta para o mundo, sujeitos transnacionais reconhecidos por suas trajetórias, porém nem sempre tais trajetórias resultam em ingresso e aceitação nos chamados grupos de decisão que regem os destinos do seu país, ou seja, uma elite dominante. O diploma de nível superior lhes amplia os espaços, mas os lugares de posição política mais ativa ficam fora de seu alcance. A geração dos mais velhos, herdeiros do capital escolar e político, “herdam” também, o campo representado pelo poder político na gestão e interesses da nação, conformando uma nova elite local. Os “novos estudantes”, agora formados, se veem então, não como uma elite política, mas distinguem-se via a inserção majoritária no meio acadêmico em expansão. São, então, distinguidos como “intelectuais”, capazes de pensar e contribuir para o desenvolvimento de seu mundo, de seu país. Como tal, garantem a mobilidade social individual e familiar, mas não rompem com as barreiras de classe que a elite dominante, desde os tempos coloniais, impôs aos chamados “outros” das nações africanas emergentes. Proprietários de um campo muito valorizado, o saber de nível superior, se fazem intelectuais, ampliam os espaços de atuação pessoal e familiar, mas não rompem os limites de uma posição subalterna de classe.

RÉSUMÉ: Le phénomène éducatif à son plus haut niveau et les nombreux chemins permettant sa réalisation servent de toile de fond au parcours des étudiants universitaires africains aussi bien dans leur pays qu'à l'étranger, en particulier au Brésil et au Portugal. Ces sujets, qui cherchent à construire des trajectoires étudiantes et professionnelles multiples et diverses, affrontent des gageures mettant en jeu le processus migratoire, la formation et la professionnalisation. Le contexte qui les défie dans la construction d'un lieu propre comme intellectuel et noir dans des sociétés notablement racistes, comme celles du Brésil et du Portugal, expose non seulement la nature des institutions d'enseignement, mais encore l'existence d'un racisme scientifique, révélant le champ de conflit et de tensions dans lequel le sujet noir en quête de qualification évolue. En ce sens, il nous faut tenir compte des questions relatives au développement humain, social et économique ainsi que de l'internationalisation qui exprime la dynamycité des cinq pays africains parlant portugais (Angola, Mozambique, Cap-Vert, Guinée Bissau, Sao Tomé et Príncipe) pris comme des réalités en transition. Cependant, l'internationalisation est également une proposition brésilienne pour son système d'enseignement, qui reçoit des Africains et d'autres étrangers dans ses établissements d'enseignement supérieur et conclut des accords d'échange avec d'autres pays. Et il en va de même du Portugal. Ce texte se propose donc de comprendre ce qu'il y a de plus général et de plus particulier dans la réalité des pays africains et dans le cas brésilien.

Mots-clés : racisme, enseignement supérieur, migration, Afrique, Brésil, Portugal.

Referências

COSTA, A. B; FARIA, M. L. (Eds.) Ensino Superior e Desenvolvimento. Lisboa: Almedina, 2013.

DANTAS, I. L. Entre o Projeto de Vida e o Projeto Cultural: o Lugar do Estudante Angolano. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002. (Dissertação de Mestrado).

DESIDÉRIO, E. Migração e Políticas de Cooperação: Fluxos entre Brasil e África. Rio de Janeiro. ENCE/IBGE, 2006. (Dissertação de Mestrado).

GARCIA, A. O exílio político dos estudantes brasileiros e a criação das universidades na África (1964-1985) In: Almeida, Ana M.F et all. Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras. Campinas; Editora UNICAMP, 2004.

GOMES, J. M. S. Estudantes na terra dos outros. A experiência dos universitários angolanos da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado).

GUSMÃO, N. M. M. de. África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados. In: COSTA, A. B.; BARRETO, A. (Orgs.) COOPEDU – Livro

de Actas “Portugal e os PALOP. Cooperação na Área da Educação. Lisboa, ISCTE/IUL; Leiria, IPL, 2010.

_____. Fora de Lugar: imigração, educação e mobilidade. In: OLIVA, A.R.; COELHO, M. F. P. C. (Orgs.) O ensino de história da África em debate. Saberes, práticas e perspectivas. Goiânia, Ed. Da PUC-GO, 2011.

_____. “Intercâmbios científicos Brasil-África: quem aprende o quê?” In: CANÊDO, L.; TOMIZAKI, K.; GARCIA JR., A. (Orgs.) Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização. S. Paulo, FAPESP; HUCITEC EDITORA, 2013.

MUNGOI, D. M. D. C. M. J. “O Mito Atlântico”: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MOURÃO, D. E. Identidades em Trânsito. Um estudo sobre o cotidiano de estudantes guineenses e cabo-verdianos em Fortaleza. Fortaleza: Faculdade de Ciências Sociais da UFC, 2003. (Monografia de Graduação).

REIS, L. N. “África volta à Bahia”: o Centro de estudos Afro-Orientais (CEAO/UBA) e o intercâmbio de estudantes africanos (1961-1965). In: TRAJANO FILHO, W. (Org.) Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília, Athalaia Gráfica e editora, 2010.

SÀ-CHAVES, I. Formação é viagem...narrativa é memória dela. In: ARAÚJO, M.S.; MORAIS, J.F.S. (Orgs.) Vozes da Educação. Formação de professores, narrativas, políticas e memórias. Rio de Janeiro, FAPERJ; Ed. UERJ, 2012.

SAINT MARTIN, M. Introdução. In: ALMEIDA, A. M. F. et all (Orgs.) Circulação Internacional e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas, Editora UNICAMP, 2004.

TELLES, V. da S. Favela, Favelas: interrogando mitos, dogmas e representações. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. v.21, n. 62, p.141-143, 2006. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000300011> > Acesso em: 18 de nov. 2011.